ASSOCIAÇÃO DISTRITAL DOS AGRICULTORES DE CASTELO BRANCO

RESOLUÇÃO DOS AGRICULTORES DO DISTRITO DE CASTELO BRANCO

Aprovada pelos participantes na Marcha Lenta de Tratores e Máquinas Agrícolas, realizada no Fundão, a 2 de novembro de 2026

Contra o aumento dos combustíveis e dos custos de produção! Por preços justos à produção! Em defesa da agricultura nacional e da soberania alimentar!

Os agricultores participantes na Manifestação - Marcha Lenta de Tratores e Máquinas Agrícolas, convocada pela Associação Distrital dos Agricultores de Castelo Branco (ADACB), reunidos no Fundão no dia 2 de novembro de 2026, tornam pública a sua profunda preocupação com a situação que atravessa a agricultura e exigem ao Governo a adoção de medidas urgentes e eficazes para garantir o futuro da atividade agrícola, o rendimento dos agricultores e a valorização da produção nacional.

A agricultura é um setor estratégico para o País. É essencial para garantir o abastecimento alimentar da população, criar emprego, dinamizar a economia, preservar o ambiente e combater o despovoamento do interior. Contudo, os agricultores enfrentam dificuldades crescentes que põem em causa a viabilidade das explorações agrícolas.

1. Contra o aumento dos combustíveis e dos custos de produção

O aumento do preço do gasóleo agrícola, dos fertilizantes, dos produtos fitofarmacêuticos, da eletricidade, das rações e de outros fatores de produção representa um encargo insuportável para muitas explorações. Os agricultores veem os seus custos aumentar, sem conseguirem fazer refletir esses aumentos no preço a que vendem os seus produtos.

A diferença de preços dos combustíveis em relação a Espanha agrava as dificuldades e prejudica a competitividade dos agricultores portugueses.

Assim, exigimos ao Governo:

A redução imediata do preço do gasóleo agrícola, através de uma diminuição da carga fiscal e de outros mecanismos que permitam baixar efetivamente o preço pago pelos agricultores.

A criação de um mecanismo de acompanhamento e atualização dos apoios ao gasóleo agrícola, que tenha em conta a evolução dos preços e os custos efetivos da atividade.

A adoção de medidas para reduzir os custos dos fertilizantes, da energia, das rações e dos restantes fatores de produção.

O reforço da fiscalização do mercado dos combustíveis e dos fatores de produção, prevenindo práticas abusivas e garantindo maior transparência na formação dos preços.

2. Por preços justos à produção e pelo escoamento dos produtos agrícolas

É inaceitável que os agricultores produzam e vendam a preços baixos, frequentemente sem cobrir os custos de produção, enquanto os consumidores continuam a pagar preços elevados pelos alimentos. A diferença entre o preço pago ao produtor e o preço suportado pelo consumidor evidencia a necessidade de maior transparência e de uma distribuição mais equilibrada do valor ao longo da cadeia agroalimentar.

A falta de capacidade negocial dos agricultores, a concentração da distribuição nas grandes superfícies comerciais e as dificuldades de escoamento da produção nacional agravam esta situação, levando ao abandono de culturas e explorações agrícolas.

Por isso, exigimos:

A criação de mecanismos legais eficazes que impeçam a compra de produtos agrícolas abaixo dos respetivos custos de produção, assegurando uma remuneração justa aos agricultores.

O reforço da fiscalização das práticas comerciais abusivas e das relações contratuais entre produtores, indústria e distribuição, com aplicação efetiva das sanções previstas na lei.

A promoção de contratos de fornecimento transparentes, com preços, quantidades e prazos de pagamento definidos, que protejam os produtores das imposições dos compradores.

O apoio à criação e ao reforço de cooperativas, organizações de produtores, mercados locais, mercados municipais e circuitos curtos de comercialização, permitindo aos agricultores vender diretamente uma maior parte da sua produção.

A implementação de medidas que facilitem o acesso dos produtos agrícolas nacionais aos mercados e promovam a sua valorização junto dos consumidores.

3. Pela defesa e valorização da produção nacional

Portugal não pode continuar a desperdiçar a sua capacidade produtiva nem a aumentar a dependência alimentar do estrangeiro. As importações desnecessárias, quando existem condições para produzir no País, contribuem para dificultar o escoamento da produção nacional e fragilizam a economia rural.

Defender a produção nacional é defender os agricultores, os consumidores, o emprego, o território e a soberania alimentar.

Exigimos, por isso:

A definição de uma estratégia nacional para o aumento da produção agrícola e para a redução da dependência alimentar externa, identificando os setores e produtos em que o País pode reforçar a sua capacidade produtiva.

A valorização dos produtos nacionais nos mercados, na restauração coletiva e nas compras públicas, incluindo escolas, hospitais, lares e outras instituições, respeitando as regras de contratação pública e os princípios aplicáveis no mercado europeu.

O reforço dos apoios ao investimento produtivo, à modernização das explorações agrícolas, à renovação geracional e à instalação de jovens agricultores.

A defesa de uma Política Agrícola Comum (PAC) dotada de meios financeiros adequados, que apoie efetivamente quem produz, valorize a agricultura familiar e assegure uma distribuição mais justa dos apoios entre agricultores e regiões.

A simplificação dos procedimentos administrativos e o pagamento atempado dos apoios públicos, para que estes cheguem aos agricultores quando são necessários.

O reforço do investimento no regadio sustentável, no armazenamento de água, na conservação dos solos e na adaptação às alterações climáticas, garantindo condições para a continuidade da atividade agrícola.

A adoção de medidas urgentes para controlar as populações de javalis e de outros animais selvagens que provocam prejuízos nas culturas e nas explorações pecuárias, com mecanismos de prevenção, apoio e compensação adequados aos agricultores lesados.

4. Pelo desenvolvimento da agricultura e do mundo rural

A agricultura não pode ser vista apenas como uma atividade económica. É também um instrumento fundamental para a coesão territorial, a manutenção das comunidades rurais, a prevenção dos incêndios, a conservação da paisagem e a preservação dos recursos naturais.

O abandono da agricultura representa uma perda económica, social e ambiental para todo o País, particularmente para o interior.

Neste sentido, exigimos:

A criação de um programa de apoio específico às explorações agrícolas adequado à realidade das diferentes regiões.

O reforço do Associativismo dos agricultores dos serviços públicos de apoio técnico, aconselhamento agrícola e acompanhamento dos agricultores.

O desenvolvimento de políticas que favoreçam a instalação de jovens agricultores e garantam condições de rendimento e estabilidade para quem pretende continuar a trabalhar na agricultura.

O apoio à transformação e comercialização local dos produtos agrícolas, criando mais valor acrescentado nas regiões de produção.

A valorização da agricultura enquanto atividade essencial para a segurança alimentar, a ocupação equilibrada do território e o desenvolvimento económico e social do interior.

DECISÃO E EXIGÊNCIA AO GOVERNO

Perante a gravidade dos problemas expostos, os agricultores reunidos no Fundão, no dia 2 de novembro de 2026, deliberam aprovar a presente Resolução e remetê-la ao Governo,

exigindo a adoção de medidas concretas, com prazos definidos, financiamento adequado e resultados verificáveis.

Os agricultores não aceitam continuar a suportar o aumento dos custos de produção, a vender os seus produtos sem uma remuneração justa e a ver ameaçado o futuro das suas explorações.

Sem agricultores não há produção nacional. Sem produção nacional não há verdadeira soberania alimentar.

A defesa da agricultura é uma responsabilidade nacional e exige respostas concretas, não apenas declarações de intenção.

Pelo rendimento dos agricultores!

Por preços justos à produção!

Pela defesa da produção nacional e da soberania alimentar!

Pelo desenvolvimento da agricultura e do mundo rural!

Fundão, 2 de novembro de 2026

Os Agricultores Participantes na Marcha Lenta de Tratores e Máquinas Agrícolas: